

Relações de género na enfermagem em Portugal (1886-1955)¹

Helena da Silva²

Resumo: Tradicionalmente, em Portugal a enfermagem não era vista como uma ocupação predominantemente feminina. A forte presença de elementos do sexo masculino manteve-se na criação dos primeiros cursos para formar o pessoal de enfermagem. Em Portugal, a feminização da enfermagem foi tardia e lenta em relação a outros países da Europa ocidental, e foi o resultado de uma cópia de modelos estrangeiros e não propriamente de críticas profundas ao pessoal de enfermagem masculino. Esta viragem modificou a tradicional enfermagem mista, alterando a formação dos futuros enfermeiros. Contudo, estes continuaram a ter uma forte presença na enfermagem, nomeadamente nas suas associações e sindicatos, contribuindo de forma ativa para a evolução da profissão.

Palavras-chave: História da enfermagem, género, enfermeiros, escola de enfermagem, sindicatos.

Abstract: Traditionally, in Portugal, nursing was not seen mainly as a feminine occupation. The strong presence of male nurses carried on while the first courses were established in order to prepare the nursing staff. In Portugal, nursing feminisation took place later and slower than in other Western European countries. It was the result of a copy of foreign models and not really of deep critiques to the male nursing staff. This turn modified the traditional mixed-gender nursing, changing the training of future male nurses. Nevertheless, they kept having a strong presence in nursing, especially in its associations and trade unions, contributing actively to the evolution of the profession.

Keywords: Nursing history, gender, male nurses, nursing school, trade unions.

Introdução

Em 2010, 81% dos profissionais de enfermagem em Portugal eram do sexo feminino (INE, 2011: 155)³. Contudo, esta representação maioritária das mulheres na enfermagem é relativamente recente pois até à década de 1950, muitos eram os homens que estudavam e trabalhavam como enfermeiros em Portugal. Pretendemos assim analisar a evolução da enfermagem numa perspetiva de género, nomeadamente conhecer quem dispensava tradicionalmente os cuidados de saúde em Portugal e quais as alterações ocorridas na primeira metade do século XX.

¹ Este artigo baseia-se nos resultados da investigação realizada no contexto da tese de doutoramento intitulada "Soigner à l'hôpital: histoire de la profession infirmière au Portugal (1886-1955)", disponível em <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/11627>> (consultado em 6 de julho de 2012).

² Doutora em História Contemporânea pela Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (Paris) e pela Universidade do Minho. Professora na Université du Havre (França). Membro do Groupe de Recherche Identités et Cultures e do Centre de Recherches Historiques. Email: helena.rfdasilva@yahoo.com

³ No Brasil, em 2010, e segundo dados do Conselho Federal de Enfermagem, 87% dos profissionais de enfermagem eram mulheres e apenas 13% eram homens (COFEN, 2011: 45).

Nos finais do século XIX, o pessoal de enfermagem ao serviço dos hospitais portugueses não correspondia às novas exigências terapêuticas, o que levou a inúmeras críticas e à aplicação de punições. Que críticas foram elaboradas quanto ao género do pessoal de enfermagem? Pretendemos também conhecer quem foi mais punido, se os homens ou as mulheres.

No momento em que a enfermagem se desenvolvia como uma profissão, quem foram os alunos nas primeiras escolas? Uma análise aprofundada da Escola de Enfermagem do Porto, a primeira em Portugal a funcionar sem interrupções desde a sua criação, permite conhecer o perfil dos alunos e futuros profissionais de enfermagem. Examinaremos ainda as alterações que ocorreram nos anos 40, quando algo começou a mudar na questão do género na enfermagem.

Por último, na primeira metade do século XX, desenvolveram-se as primeiras associações e sindicatos de enfermagem que tentavam reunir estes profissionais. Decidimos assim realizar uma breve análise destes grupos e do género dos seus fundadores, colaboradores e membros. As conclusões revelam características interessantes sobre a enfermagem em Portugal, sobretudo nos anos de 1940, quando se pretendia fomentar a feminização da profissão e quando se tornou obrigatório ser sindicalizado para exercer legalmente a profissão.

Para responder às questões levantadas, baseamo-nos nos resultados de uma vasta análise qualitativa e quantitativa de um conjunto de fontes escritas e orais, obtidos no contexto da dissertação de doutorado. As fontes escritas provêm de diferentes arquivos, nomeadamente do Arquivo da Escola Superior de Enfermagem do Porto (A.E.S.E.P.), do Arquivo do Hospital Geral de Santo António (A.H.G.S.A.) e do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia do Porto (A.H.S.C.M.P.). Utilizamos ainda outras fontes impressas, como relatórios de atividades, legislação e artigos de diversos periódicos. Quanto às fontes orais, estas resultam de uma série de entrevistas realizadas em 2008 a profissionais de enfermagem aposentados, que se formaram nos anos 40-50.

O peso da tradição

Ao contrário da situação noutros países europeus, os estudos realizados não mencionam a presença de ordens religiosas femininas nos hospitais portugueses antes do século XVIII. Esta constatação justifica, em parte, a intervenção reduzida e tardia destas ordens nos hospitais em Portugal. A historiadora Isabel dos Guimarães Sá refere que, até ao século XVIII, as mulheres portuguesas estavam praticamente excluídas das

práticas de caridade, incluindo os cuidados aos doentes no meio hospitalar e ao domicílio. Isto porque elas pertenciam a ordens religiosas regulares e ficavam enclausuradas nos mosteiros, evitando o contacto com a sociedade, para assim salvaguardar a dignidade e honra destas mesmas mulheres (SÁ, 2008: 37-38).

Paralelamente, as várias comunidades e ordens religiosas femininas fundadas na Europa para cuidar dos doentes e pobres fora dos mosteiros e conventos tiveram um papel limitado, inexistente ou ainda desconhecido em Portugal, como foi o caso das diaconisas ou das beguinas. As Irmãs da Caridade, que desempenharam um papel importante na enfermagem em vários países, estiveram presentes em número reduzido e em hospitais de pequena dimensão, o que explica a sua escassa importância na sociedade portuguesa. Convém referir que as Irmãs da Caridade chegaram a Portugal no século XIX, num período marcado por um forte anticlericalismo, o que as impediu de desenvolver as suas ações, tendo mesmo sido alvo de uma violenta oposição, levando à expulsão das Irmãs da Caridade em 1862 (SILVA, 2010: 65-66, 78-81).

Por outro lado, a Ordem Hospitaleira de S. João de Deus desempenhou um papel crucial nos cuidados aos doentes em Portugal, estando presente em vários hospitais desde o século XVII. Esta ordem masculina conseguiu conquistar um lugar privilegiado nos cuidados de saúde e desenvolver uma ação de longa duração, sendo João de Deus, o seu fundador, considerado como "o iniciador da verdadeira enfermagem" (GOMES, 1961), um exemplo e o "patrono dos enfermeiros" (entrevista a João, 2008).

A longa tradição da enfermagem masculina não pôde ser ignorada no momento da criação das primeiras escolas de enfermagem, um passo fundamental para o desenvolvimento desta profissão. Como consequência do progresso das ciências e do desenvolvimento das técnicas terapêuticas vivido ao longo do século XIX, o trabalho nos hospitais evoluiu e os médicos tornaram-se cada vez mais exigentes para com o pessoal de enfermagem. Este era acusado de incompetência e de ignorância relativamente às novas terapias, o que conduziu a um debate sobre a necessidade de melhorar a enfermagem e sobre as possíveis soluções (GRMEK, 1999: 124-134, 170-174).

Como no final do século XIX, nos grandes hospitais de Lisboa, Porto e Coimbra o pessoal de enfermagem era laico, alguns médicos acreditavam que a solução passaria pela contratação de religiosas para as enfermarias. Outros médicos opuseram-se fortemente à enfermagem religiosa, baseando-se no que viram quando visitaram os hospitais estrangeiros ou no que leram nas revistas francesas de medicina como a

Progrès Médical. Estes médicos defendiam a criação de escolas de enfermagem, para dotar o pessoal de enfermagem laico de uma formação técnica e científica, o que acabou por ser a solução adotada (SILVA, 2010: 87-97).

Em 1881, abriu o primeiro curso nos Hospitais da Universidade de Coimbra para "Dar melhor instrução aos enfermeiros e enfermeiras e habilitar as criadas do estabelecimento a poderem concorrer às vagas que se estavam dando no quadro das enfermeiras devido à falta de pessoal habilitado" (SIMÕES, 1888: 333). Esta escola admitia assim alunos dos dois sexos, contrariamente às escolas de enfermagem existentes no Reino Unido e na França, que davam preferência às mulheres.

Da mesma forma, em 1886, criou-se em Lisboa "uma escola de enfermeiros, onde possam aprender scientificamente o seu officio todos os que se destinam a essa profissão". O público-alvo desta escola eram os "empregados de ambos os sexos dos hospitaes civis, e todos aquelles individuos que n'elle se quizerem matricular e instruir" (DIÁRIO DO GOVERNO, 1886: 233). Apesar destas duas primeiras experiências apresentarem algumas dificuldades, visto que ambas as escolas tiveram um interregno no seu funcionamento (no caso de Coimbra este foi de várias décadas), elas confirmam que não havia qualquer discriminação segundo o género no acesso à formação em enfermagem⁴.

Críticas e punições ao pessoal de enfermagem

Outro exemplo, ao qual nos dedicaremos de forma mais aprofundada, é o caso do Hospital Geral de Santo António, administrado pela Santa Casa da Misericórdia do Porto. No final do século XIX, este hospital estava dividido em duas partes: uma agrupava as enfermarias destinadas aos homens e a outra às mulheres. Esta divisão rigorosa entre os dois sexos refletia-se também no pessoal de enfermagem, pois os homens eram responsáveis pelos cuidados de enfermagem aos pacientes do sexo masculino e as mulheres às pacientes do sexo feminino. Por esta razão, a circulação nas enfermarias do sexo oposto fazia-se nas condições previstas no regulamento do hospital ou em casos excepcionais, depois de autorizados (SIMÕES, 1883: 69).

Em 1883, o pessoal de enfermagem era composto por 29 elementos do sexo masculino (cinco enfermeiros, onze ajudantes e treze criados) e 37 do sexo feminino

⁴ Sobre estas escolas consulte-se SOARES, Maria Isabel, *Da Blusa de Brim à Touca Branca, Contributo para a História do Ensino de Enfermagem em Portugal (1880-1950)*, Lisboa, Associação Portuguesa de Enfermeiros, 1997; SILVA, Ana Isabel, *A Arte de Enfermeiro: Escola de Enfermagem Dr. Ângelo da Fonseca*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

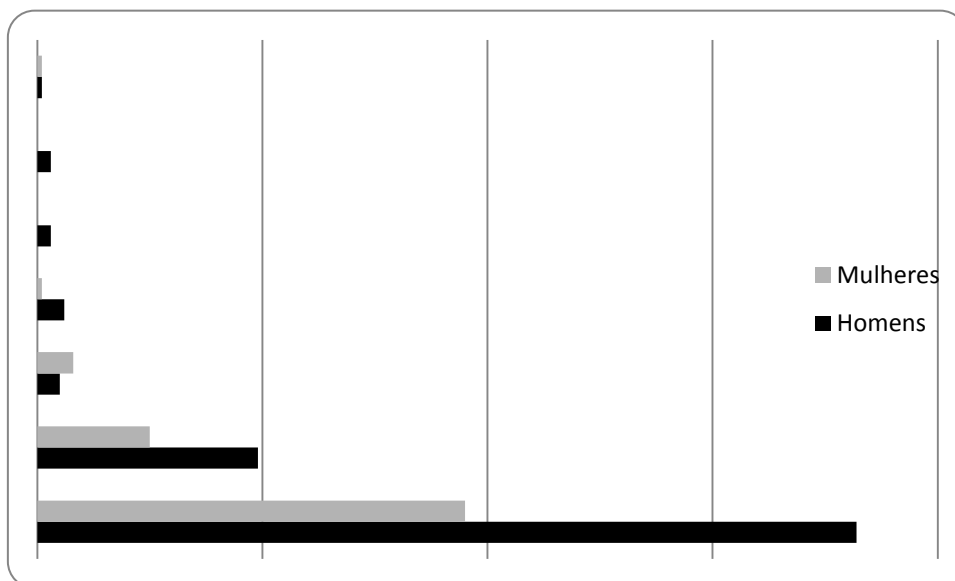
(sete enfermeiras, treze ajudantes e dezassete criadas) (SIMÕES, 1883: 204-205). Dez anos mais tarde, o número de efetivos tinha aumentado e os elementos masculinos eram então majoritários, com 49 homens (seis enfermeiros, vinte e dois ajudantes e vinte e um criados) e 45 mulheres (seis enfermeiras, vinte e três ajudantes e dezasseis criadas) (SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO PORTO, 1894: 24).

Esta modificação no número de efetivos deve-se à grande rotatividade dos empregados de enfermagem do hospital. No final do século XIX, muitas foram as críticas aos seus serviços, bem como as punições, os despedimentos e as demissões. A administração sentia enormes dificuldades em contratar pessoas competentes e acusava o pessoal das enfermarias de ser "puramente mercenário e sem a mínima noção de sentimentos humanitários" (SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO PORTO, 1890: 196). Contudo, os relatórios publicados anualmente pela Misericórdia do Porto nunca mencionam críticas diretas ao pessoal de enfermagem masculino ou feminino, não fazendo assim qualquer distinção por género. Este facto é bastante importante, porque a análise que realizamos revelou que o pessoal masculino era mais frequentemente punido, o que poderia ter sido um forte argumento em favor de um pessoal de enfermagem feminino.

Entre 1890 e 1899, 66% das punições foram aplicadas aos homens e apenas 34% às mulheres que trabalhavam nas enfermarias do Hospital Geral de Santo António. Os elementos masculinos foram os mais punidos em todos os tipos de punições, à exceção da repreensão. Esta análise quantitativa mostrou ainda que 52% do pessoal masculino de enfermagem foi punido contra apenas 28% do pessoal feminino, revelando, uma vez mais, diferenças consideráveis entre os dois géneros (Gráfico 1).

A reincidência era também habitual entre o pessoal de enfermagem, visto que as 379 punições contabilizadas foram infligidas a 154 diferentes pessoas, sendo 62% dos reincidentes homens e 38% mulheres. Assim, eles eram punidos mais vezes e com maior frequência do que elas. Em média, um homem foi punido 2,6 vezes e uma mulher 2,2 vezes.

Gráfico 1 – Número de punições infligidas ao pessoal de enfermagem do Hospital Geral de Santo António (1890-1899)



Número total de casos analisados: 379

Fonte: *Livro de Termos de Entrada do Pessoal Menor*, nº 7 [1892-1895]; *Livro Registro do Pessoal d'enfermagem da Misericórdia Agraciado com Medalhas e Gratificações nos Termos do Regulamento Aprovado por Despacho Ministerial de 21 de Outubro de 1901*.

É hoje difícil conhecer quais as razões que justificam estes valores. É possível que o comportamento dos homens tenha sido mais difícil de controlar ou que estes fossem mais imprudentes ou inconscientes do que as mulheres. Eles parecem ter sido mais desobedientes e as mulheres mais submissas ou ajuizadas. Mas é também possível que a administração fosse mais condescendente com o pessoal feminino, visto ser difícil encontrar mulheres, não religiosas, interessadas em trabalhar nas enfermarias dos hospitais.

O elevado número de punições infligidas ao pessoal de enfermagem masculino poderia ter sido utilizado pela administração deste hospital como argumento para justificar a incapacidade dos elementos masculinos para cuidar dos doentes e assim afirmar a preferência por um pessoal de enfermagem feminino. Contudo, a administração do hospital nunca considerou o pessoal de enfermagem masculino como um problema e nunca apresentou tais argumentos. Esta situação é bem diferente da que se vivia em França, onde a presença dos homens nas enfermarias era então posta em causa. Por exemplo, a médica Anna Hamilton defendia que os homens eram "naturalmente inaptos para as funções de enfermagem", salvo raras exceções (KNIBIEHLER, 1984: 60-61).

Os motivos que originavam estas punições eram diversos, mas em muitos casos era apenas mencionado que o indivíduo não cumpriu as suas funções, não seguiu ordens ou que o serviço sofria falhas. A análise que realizamos aos motivos das punições, demonstrou que a negligência ou incompetência profissional era o primeiro motivo mencionado tanto para os homens como para as mulheres. Já o segundo motivo, no caso do pessoal masculino era o incumprimento do horário de trabalho e o terceiro, a má conduta. No caso do pessoal feminino, a situação inverte-se, sendo a má conduta o segundo motivo, seguido do incumprimento do horário de trabalho (SILVA, 2010: 118-138).

A título de exemplo, o caso de Joaquim⁵ que em menos de dois anos acumulou seis multas, três delas justificadas por falta de pontualidade ao serviço, duas outras por negligência (primeiro por ter deixado "abertos os bicos do gaz" e, mais tarde, por estar "a jogar com um doente e não comparecer na cosinha, na ocasião da distribuição das dietas"). Joaquim foi também multado por "embriaguez e disturbios". As "diferentes irregularidades na enfermaria" levaram a administração a suspendê-lo e depois a despedi-lo (*Livro de Termos*, 1892-1895: 217).

Por sua vez, em 1895, Guilherme, com 21 anos, foi punido com sete multas em menos de oito meses. Três delas foram justificadas por este se ter ausentado da enfermaria, outra por falta de pontualidade ao serviço e as outras três devido a um comportamento incorreto. Guilherme foi acusado de estar a fazer barulho no hospital, de ter dirigido "ao cosinheiro palavras obscenas" e de "lançar d'uma janella do 2º pavimento para o recinto da lavandaria um colchão, para se poupar ao trabalho de o conduzir". A administração decidiu então que este seria "transferido por castigo" (*Livro de Termos*, 1892-1895: 180).

Outro caso interessante é o de Laura, admitida em 1893 quando tinha 25 anos e era solteira. Primeiro, foi repreendida por incumprimento de ordens e dois anos depois despedida "por praticar actos desonestos e maltratar as empregadas" (*Livro de Termos*, 1892-1895: 53). Apesar desta ser readmitida, ela continuou a ter um comportamento considerado incorreto, por "andar sem uniforme completo", por "ser pouco cuidadosa com os curativos", por se envolver em discussões com as colegas e porque "estando uma doente em perigo de vida, chamou o capelão e não avisara o médico interno de serviço, o que devia fazer primeiramente". Como consequência, Laura foi multada

⁵ Os nomes mencionados correspondem aos nomes presentes nos arquivos. Contudo, decidimos omitir voluntariamente os apelidos.

quatro vezes, despromovida e despedida definitivamente do hospital (*Livro de Termos*, 1892-1895: 244).

Estes casos são apenas três exemplos selecionados, que comprovam que a administração do hospital tinha razões para estar descontente com os serviços do pessoal de enfermagem exercidos tanto pelos empregados do género masculino, como do género feminino. Após analisar as possíveis soluções para o problema, a administração da Misericórdia do Porto decidiu criar uma escola de enfermagem para assim instruir o pessoal quanto às técnicas necessárias (SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO PORTO, 1896a: 150-155). A escola começou a funcionar a 1 de outubro de 1896 e não tardou a obter resultados positivos. Em 1898, a administração declarava que "o serviço d'enfermagem melhorou e que a competencia do pessoal se tem elevado, graças sobretudo à instituição da escola d'enfermeiros" (SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO PORTO, 1898: 307).

O caso da escola do Porto

A Escola de Enfermeiros tinha como objetivo ministrar instrução ao pessoal de enfermagem ao serviço do Hospital Geral de Santo António e também a todas as pessoas que desejassem obtê-la. O curso profissional de um ano tinha uma parte teórica com duas lições semanais (uma para cada género) e ainda uma parte prática. Segundo o regulamento, cada semana quatro alunos (dois homens e duas mulheres) eram escolhidos para trabalharem no serviço de urgência do hospital, sendo que os homens cuidavam dos doentes masculinos e as mulheres das doentes do sexo feminino (SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO PORTO, 1896b: 22-23). Assim, mantinha-se uma divisão rigorosa por género no hospital, mesmo na formação. No Porto, tal como em Coimbra e em Lisboa, a escola aceitava alunos do sexo masculino e feminino.

Uma análise dos registos de matrícula da Escola de Enfermagem do Porto permitiu verificar que havia efetivamente alunos dos dois sexos (gráfico 2). O número de alunos do sexo masculino era inicialmente elevado, correspondendo mesmo à maioria das inscrições em vários momentos. Por exemplo, em 1921, o sexo masculino representava 83% das inscrições e mais de 70% em outros três anos. Até 1930, os inscritos eram estatisticamente metade homens e mulheres. Mas nos anos seguintes, verificou-se uma progressiva redução do número de alunos do sexo masculino, bastante acentuada a partir de 1948. Aliás, em 1949 nenhum homem se matriculou nesta escola. Apenas em 1946 e 1947 as inscrições de homens foram novamente numerosas, no

mesmo momento em que o Estado português decretava que as escolas de enfermagem deveriam dar preferência às candidatas do sexo feminino. É provável que esta situação tenha levado mais homens a matricularem-se, com receio de não o poderem fazer nos anos seguintes.

Gráfico 2 – Alunos inscritos por sexo no primeiro ano do curso de enfermagem do Hospital Geral de Santo António (1896-1950)



Número total de casos analisados: 2062

Fontes: *Livro de Diplomas da Escola de Enfermagem do Hospital Geral de Santo António*, nº 1-4 [1929-1953]; *Livro de Exames do Curso de Enfermagem do Hospital Geral de Santo António* [1933-1947]; *Livro de Matrículas da Escola de Enfermeiros do Hospital Geral de Santo António*, nº 1-7 [1929-1958]; *Maço* 1-14 [1917-1955]; *Livro de Actas das Sessões da Direcção Administrativa do Hospital Geral de Santo António*, nº 4-15 [1893-1933]; *Livro Registro do Pessoal d'enfermagem da Misericórdia Agraciado com Medalhas e Gratificações nos Termos do Regulamento Approved por Despacho Ministerial de 21 de Outubro de 1901*.

Assim, dos 2062 alunos matriculados no primeiro ano do curso de enfermagem no Porto, entre 1896 e 1950, 46% eram homens e 54% mulheres. A presença de alunos do sexo masculino nas escolas de enfermagem portuguesas era elevada, sobretudo quando comparada com as escolas congéneres francesas e britânicas. Nestas últimas, os homens eram uma verdadeira minoria, não sendo admitidos na maior parte delas (MAGGS, 1983: 16).

Quanto ao perfil destes alunos inscritos, cerca de metade (sem diferenças notórias por sexo) estavam ao serviço do Hospital Geral de Santo António, muitos como criados ou ajudantes de enfermagem. Contudo, nem todos exerciam funções nas enfermarias, e vários provinham de diferentes serviços do hospital como da secretaria, da farmácia ou da cozinha. Quanto aos alunos que não estavam ao serviço do hospital, muitos

trabalhavam noutros hospitais ou instituições de saúde e frequentavam o curso para obterem o diploma, outros tinham funções ligadas aos cuidados de saúde (trabalhavam, por exemplo, em farmácias) e outros ainda estavam empregados noutras áreas, sobretudo no setor terciário (comerciantes, professores, militares, entre outros). Verificou-se que o número de matrículas de pessoas que se declaravam estudantes foi aumentando ao longo do período em estudo, ou seja, a escola não atraía apenas adultos já inseridos no mercado de trabalho e que queriam mudar de rumo profissional, mas cada vez mais jovens com desejo de obterem formação para seguirem esta profissão, como primeira escolha.

Gráfico 3 – Idade média dos alunos inscritos no primeiro ano do curso de enfermagem do Hospital Geral de Santo António (1896-1950)



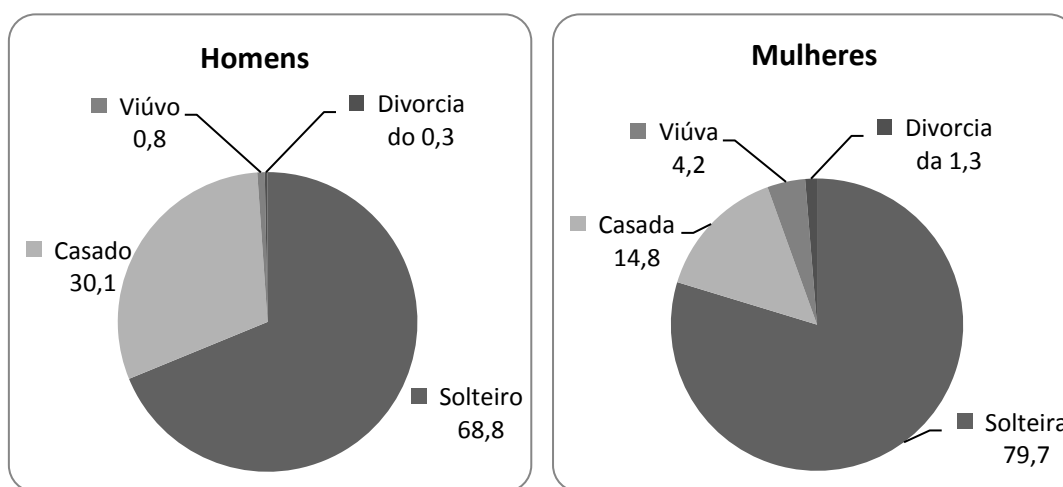
Número total de casos analisados: 901

Fontes: *Livro de Diplomas da Escola de Enfermagem do Hospital Geral de Santo António*, nº 1-4 [1929-1953]; *Livro de Exames do Curso de Enfermagem do Hospital Geral de Santo António* [1933-1947]; *Livro de Matrículas da Escola de Enfermeiros do Hospital Geral de Santo António*, nº 1-7 [1929-1958]; *Maço 1-14* [1917-1955]; *Livro de Actas das Sessões da Direcção Administrativa do Hospital Geral de Santo António*, nº 4-15 [1893-1933]; *Livro Registro do Pessoal d'enfermagem da Misericórdia Agraciado com Medalhas e Gratificações nos Termos do Regulamento Approved por Despacho Ministerial de 21 de Outubro de 1901*.

Esta realidade encontra-se bem representada na idade dos alunos inscritos, que entre 1896 e 1950 foi diminuindo progressivamente (gráfico 3). Constatamos uma diferença por género, pois os homens inscritos eram ligeiramente mais velhos do que as mulheres. Mas esta diferença foi diminuindo ao longo dos anos 30, aproximando-se da média de idade das alunas. Assim sendo, os alunos tinham em média 27 anos e as

alunas 25. No caso das mulheres, as idades variavam entre 15 e 51 anos, ao passo que nos homens estas variavam entre 17 e 55 anos. Ou seja, a idade mínima e a máxima corroboram a tendência das alunas serem mais jovens do que os alunos. De salientar que apenas conhecemos as idades de 43,7% dos inscritos. Podemos ainda acrescentar que estas médias de idades são superiores às dos alunos das escolas francesas e britânicas, que frequentavam maioritariamente a escola de enfermagem antes de iniciarem uma atividade profissional (CRAPUCHET, 1996: 162-163).

Gráfico 4 – Estado civil dos alunos inscritos no primeiro ano do curso de enfermagem do Hospital Geral de Santo António (1929-1950)



Número total de casos analisados: 911

Fontes: *Livro de Diplomas da Escola de Enfermagem do Hospital Geral de Santo António*, nº 1-4 [1929-1953]; *Livro de Exames do Curso de Enfermagem do Hospital Geral de Santo António* [1933-1947]; *Livro de Matrículas da Escola de Enfermeiros do Hospital Geral de Santo António*, nº 1-7 [1929-1958]; *Maço 1-14* [1917-1955]; *Livro de Actas das Sessões da Direcção Administrativa do Hospital Geral de Santo António*, nº 4-15 [1893-1933].

Quanto ao estado civil dos inscritos, infelizmente este foi apenas referido a partir de 1929. Assim, conhecemos o estado civil de apenas 44,2% das pessoas matriculadas no primeiro ano de enfermagem entre 1896 e 1950 (gráfico 4). A maioria era solteira e esta percentagem era mais importante no caso das mulheres. O número de homens casados era relevante, representando o dobro das mulheres que declararam este estado civil. Já o número de homens viúvos ou divorciados era praticamente inexistente, sobretudo se compararmos com o das mulheres. Convém aqui referir que não havia qualquer exigência quanto ao estado civil dos alunos de enfermagem e futuros enfermeiros. Apenas em 1942, foi definido que a enfermagem hospitalar seria reservada

às mulheres solteiras ou viúvas sem filhos, o que contribuiu para reduzir a percentagem de mulheres casadas que frequentavam as escolas de enfermagem (SILVA, 2011: 157).

Relativamente à origem social, não verificamos qualquer diferença entre os dois géneros, sendo os alunos inscritos de diversos meios sociais. Contudo, estes não eram maioritariamente originários de classes privilegiadas. Quanto à origem geográfica, tanto no caso dos homens como das mulheres, o recrutamento fazia-se a nível local ou nos distritos mais próximos.

A análise que realizamos permitiu igualmente comparar os resultados obtidos nos exames e a taxa de sucesso na formação por sexo. Contudo, os dados não revelaram diferenças notórias, e em vários anos os homens obtiveram as melhores médias. Mas a média das notas obtidas entre 1896 e 1950 é de 11,27, tanto para os homens como para as mulheres⁶ (SILVA, 2010: 314-320). Paralelamente, os professores nunca se queixaram dos alunos do género masculino, que noutros países eram acusados de falta de vocação e de zelo para a profissão de enfermagem. Nesta escola, os bons resultados obtidos pelos alunos do sexo masculino não podiam justificar uma preferência pelas alunas do sexo feminino.

Tanto os relatórios anuais como as atas da escola e do hospital que analisamos nunca mencionam críticas segundo o género dos alunos ou dos profissionais em enfermagem. Há elogios, mas estes são feitos novamente tanto ao pessoal de enfermagem masculino como ao feminino. Contudo, o regulamento da escola de enfermagem de 1954 define que, apesar da formação se destinar aos dois sexos, deveria ser dada preferência aos candidatos do sexo feminino, sem referir mais pormenores (SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO PORTO, 1954: 4). Esta alteração foi o resultado de uma influência estrangeira e da conseqüente imposição de novas regras pelo Estado português que passou a intervir na organização e funcionamento das escolas de enfermagem, mesmo as que não eram públicas.

Feminização da enfermagem

Apesar de nos anos de 1930 já se verificar um ligeiro aumento do número de alunas, não era ainda definida qualquer preferência pelos profissionais do sexo feminino. Bem pelo contrário, continuava a defender-se a necessidade de uma enfermagem exercida tanto por homens como por mulheres, como por exemplo num

⁶ As notas eram atribuídas numa escala de 0 a 20 valores.

artigo publicado em dezembro de 1929, na revista *O Enfermeiro Português*: "O nosso povo não está educado para dispensar a enfermagem masculina, nem a maioria das nossas enfermeiras também tem a necessária preparação" (CONTENTE, 1929: 11-12).

Em Portugal, a partir dos anos 40, a enfermagem passou a ser fortemente influenciada pelos modelos britânico e americano, nomeadamente quando a Fundação Rockefeller apoiou financeiramente a criação da Escola Técnica de Enfermeiras. Em 1940, esta abriu as suas portas em Lisboa, aceitando exclusivamente candidatas do sexo feminino, motivadas e detentoras de qualificações superiores às exigidas pelas outras escolas de enfermagem (CORRÊA, 2001: 71-79).

Deu-se então uma viragem na enfermagem, quando se começou a opinar que a enfermagem feminina deveria ser um modelo a seguir e que Portugal deveria copiar a situação dos países onde a enfermagem masculina era praticamente inexistente. O médico Luís Adão, que era também diretor da Escola de Enfermagem Artur Ravara em Lisboa, redigiu um relatório após visitar várias escolas de enfermagem espanholas e concluiu que o ensino da enfermagem deveria ser limitado às mulheres. Segundo ele, a presença de alunos do sexo masculino era uma das causas da inferioridade da enfermagem portuguesa (ADÃO, 1945: 22).

O médico Almeida Lima considerava que, apesar de em Portugal existirem enfermeiros competentes e dedicados, a enfermagem deveria ser totalmente feminina. Para justificar a sua opinião, este afirmou que em inglês não existia sequer o equivalente masculino de *nurse* (enfermeira) e que não havia qualquer vantagem em ter enfermeiros. Para ele, as mulheres suportavam bem o sofrimento físico e moral, eram mais pacientes e carinhosas e, devido ao instinto maternal, eram mais capazes do que os homens, tanto a nível psicológico como emocional (LIMA, 1946: 421-423).

Várias revistas começaram também a publicar artigos em que afirmavam que a enfermagem era uma "cristianíssima ocupação de carácter essencialmente feminino" (TRIGUEIROS, 1942: 3) e que as mulheres estavam naturalmente aptas a exercer a enfermagem. "A profissão de enfermeira é uma das que melhor condiz com as qualidades femininas. A mulher é naturalmente compassiva, paciente, dedicada e carinhosa" (LEAL, 1943: 1). Outro argumento era que "nos países em que a enfermagem é uma realidade não se encontra, pode dizer-se, enfermeiros". Neste último artigo, apesar da autora declarar que o grupo dos enfermeiros "tão bem sabe cumprir, com abnegação, competência e zelo o seu dever", ela acrescenta que os enfermeiros

deveriam limitar-se a trabalhar nos hospitais de alienados e noutros serviços das enfermarias de homens (VASCONCELLOS, 1950: 1).

Neste contexto, o Estado português decidiu interferir na organização das escolas de enfermagem, definindo quem deveriam ser os estudantes, acabando assim também por contribuir para alterar a profissão. Em 1947, foi publicada uma lei que impunha a admissão, de preferência, às candidatas do sexo feminino, exceto nos serviços de urologia e de psiquiatria que seriam reservados aos homens. Com esta lei, o Estado defendeu claramente uma preferência por alunas do sexo feminino e, conseqüentemente, por um pessoal de enfermagem feminino (DIÁRIO DO GOVERNO, 1947: 277). As escolas de enfermagem, que até agora tinham sido geridas pelas administrações dos hospitais onde estavam inseridas, tiveram de seguir esta legislação e de adaptar os seus regulamentos, o que acelerou a feminização da profissão, sobretudo a partir dos anos 50.

Por outro lado, neste período novas escolas foram criadas um pouco por todo o país e muitas delas estavam acessíveis apenas às mulheres. Já mencionamos o caso da Escola Técnica de Enfermeiras, mas podemos também referir a Escola de Enfermagem Rainha Santa Isabel (Coimbra, 1946), a Escola de Enfermagem da Cruz Vermelha (Lisboa, 1952), a Escola de Enfermagem do Hospital de S. João (Porto, 1954) e ainda a Escola de Enfermagem do Hospital de Santa Maria (Lisboa, 1956). Em 1955, foi inaugurada em Évora a Escola de Enfermagem de S. João de Deus que podia admitir anualmente apenas 10% de alunos do sexo masculino (ESCOBAR, 2004: 60-62).

Esta lei foi uma cópia dos modelos estrangeiros e provocou profundas alterações na enfermagem, que tradicionalmente era exercida por homens e mulheres. Mesmo nas escolas que continuaram a aceitar alunos do sexo masculino o ensino sofreu algumas modificações. Na realidade, os alunos do sexo masculino e feminino das escolas de enfermagem mistas tinham aulas teóricas juntos, mas com algumas exceções. Por exemplo, os homens não seguiam as aulas de obstetrícia, pois o Estado português pretendia que as suas funções não incluíssem os cuidados às mulheres.

Contudo, muitos enfermeiros trabalharam alguns anos depois fora dos hospitais, por vezes em locais isolados, onde eles tinham de tratar todo o tipo de enfermidades e de doentes devido à ausência de outros profissionais e serviços de saúde. Foi o caso do enfermeiro João que teve de realizar partos, apesar de não ter adquirido conhecimentos específicos e de não ter experiência. Mas hoje parece relativizar a situação.

A primeira experiência foi muito curiosa. A criança estava a nascer e eu não tive outra solução. (...) não foi complicado, foi ajudar a nascer, mais nada... portanto, a criança nasceu (...) o que custou foi cortar o cordão umbilical e esperar que caísse a placenta... não havia mais problema nenhum... (entrevista a João, 2008).

Para além da disciplina de obstetrícia, havia ainda outras diferenças, por exemplo nas aulas de anatomia. Assim, quando o tema em estudo era o aparelho reprodutor feminino, os alunos ausentavam-se e quando era o masculino, as alunas não tinham aula nesse dia.

Quanto à parte prática, os homens além de serem excluídos dos estágios nos serviços de obstetrícia, ginecologia e pediatria, eram também afastados dos serviços de cozinha, de dietas e de rouparia, que ficavam reservados às mulheres. Mas eles eram os únicos que efetuavam estágio nos serviços de dermo-venereologia e urologia (DIÁRIO DO GOVERNO, 1953: 824).

Nesse tempo realmente havia uma separação. Os nossos estágios eram feitos em serviços de homens. Mas há coisas curiosas, por exemplo, nos serviços domiciliários (...) quem fazia os domicílios eram os homens, a toda a gente, fossem homens ou mulheres (entrevista a João, 2008).

Apesar das diferenças na formação teórica e prática, e de uma preferência pela enfermagem feminina, os enfermeiros continuaram a dispensar os cuidados de saúde em certos contextos profissionais, nomeadamente fora do espaço hospitalar pois "era impensável elas irem fazer os domicílios" (entrevista a Joaquim, 2008).

O enfermeiro Joaquim também afirmou que as mulheres "não iam para a enfermagem dos homens... era... havia separação... também não havia enfermarias mistas". A questão moral continuava a dividir muitos dos hospitais em enfermarias de homens e enfermarias de mulheres. Assim, dentro do hospital, os contactos entre o pessoal de enfermagem masculino e feminino continuavam a ser raros. O enfermeiro António mencionou que no final dos anos 40, no Hospital Geral de Santo António os enfermeiros e as enfermeiras "cruzavam-se" nos corredores, por exemplo, quando iam levantar comida.

Os únicos contactos que tínhamos era na farmácia porque o enfermeiro ia buscar os medicamentos para a enfermagem e tínhamos aquela hora da medicação ser entregue... era ali que nos juntávamos... ou então na lavandaria, porque íamos contar a roupa, porque éramos responsáveis pela roupa do hospital (entrevista a António, 2008).

Apesar desta separação mencionada várias vezes pelos enfermeiros e enfermeiras que entrevistamos, estes também declararam que a relação entre eles era boa e que havia

uma verdadeira camaradagem. Segundo João, a relação entre colegas "foi tão boa que casei com uma..." e também António acabou por casar com uma colega de curso e futura enfermeira. Ou seja, embora houvesse uma preferência pelas alunas, os homens revelaram que havia um bom ambiente e um bom relacionamento dentro da escola, mesmo com os professores.

Para além das diferenças nos conteúdos teóricos e práticos, várias escolas de enfermagem criaram nos anos 40 e 50 lares para dispensar uma educação moral e um complemento de formação. Contudo, os alunos do sexo masculino estavam excluídos destas residências. A enfermeira Ana declarou que no lar "só raparigas, rapazes não havia..." e que era impensável na altura que o lar pudesse receber homens. Quando inquiridos sobre esta questão, os alunos do sexo masculino, de forma muito natural e sem darem qualquer importância, responderam que não podiam morar no lar e, por isso, ficavam alojados na casa de familiares.

Como é óbvio, a feminização da enfermagem teve muitas outras consequências, mesmo para os doentes. Contudo, convém referir que apesar do Estado português tentar transformar a enfermagem numa profissão feminina, os enfermeiros continuaram a exercer em vários serviços, como já mencionamos, e a desempenhar um papel fundamental. Um exemplo interessante é o caso das associações e sindicatos onde os homens estiveram praticamente sempre presentes e desenvolveram inúmeras ações, contribuindo para a evolução da enfermagem como profissão.

Participação masculina no movimento sindical

Sem nos alongarmos muito nas atividades e no funcionamento das diferentes associações e sindicatos de enfermagem, convém referir que estes eram em número reduzido e tiveram uma existência limitada no tempo, nalguns casos relativamente curta. Estas organizações eram mistas, ou seja, reuniam pessoas dos dois sexos desde que tivessem o diploma de enfermagem, à exceção do Sindicato Nacional Feminino das Enfermeiras do Distrito de Lisboa, que reuniu apenas profissionais do sexo feminino entre 1934 e 1944 (SILVA, 2010: 420-422). Nas restantes organizações as mulheres praticamente estavam ausentes. Veja-se o caso da Associação de Classe dos Enfermeiros de Ambos os Sexos do Porto (fundada em 1913), da Associação de Classe dos Enfermeiros e Enfermeiras (fundada em 1925) e do Grémio dos Enfermeiros e Enfermeiras diplomados do Norte de Portugal (fundado em 1928). Cada uma destas três organizações foi fundada por vinte e um homens, não tendo qualquer mulher

participado na sua fundação, apesar destas representarem o pessoal de enfermagem diplomado, masculino e feminino, sem distinção de género (DIÁRIO DO GOVERNO, 1913: 4068; DIÁRIO DO GOVERNO, 1925: 701; DIÁRIO DO GOVERNO, 1929: 3039).

Esta ausência das mulheres na criação destas associações é contrária à situação vivida na França e no Reino Unido, onde as enfermeiras se destacavam. Por um lado, o facto da enfermagem em Portugal ser ainda exercida por homens contribuía para esta situação. Por outro, o número de grupos feministas em Portugal era reduzido e apenas uma minoria das mulheres exprimia as suas reivindicações. Talvez a vida pessoal e as tarefas domésticas destas mulheres não lhes deixassem muito tempo livre para se dedicarem às organizações profissionais, até porque muitas delas eram casadas e tinham filhos⁷.

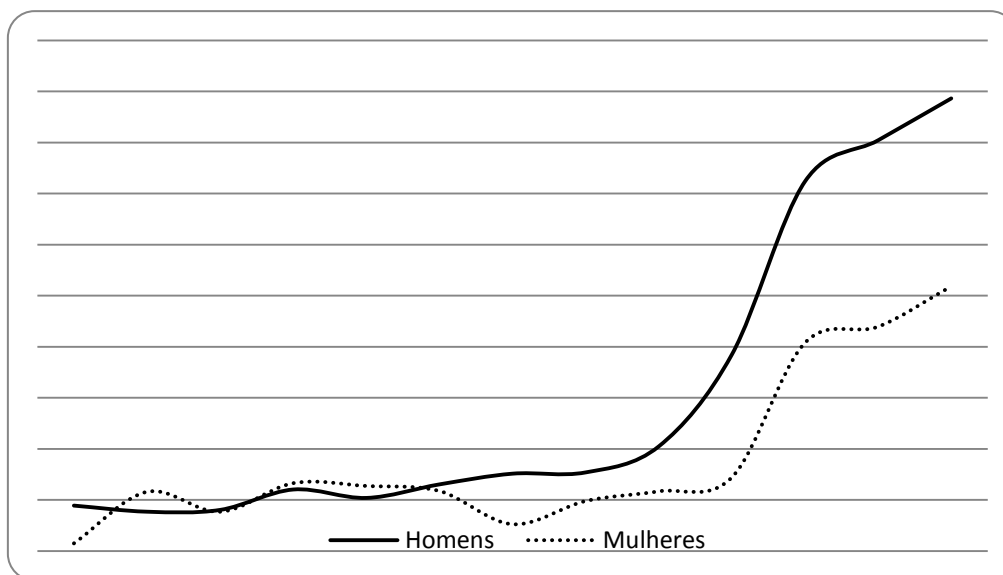
Apenas em 1931, surgiu o nome de Armanda Teixeira entre os vinte e um fundadores do Sindicato Profissional dos Enfermeiros da Região do Sul. Este mesmo sindicato contava ainda com Maria da Conceição Lopes como membro da assembleia geral do conselho de administração em 1933 (ANÓNIMO, 1933: 4-6). Eram assim os homens que ocupavam a grande parte dos cargos de direção e que redigiam muitos dos artigos publicados nos periódicos de enfermagem, também eles dirigidos e editados por enfermeiros. Este foi o caso do *Arquivo do Enfermeiro*, publicado entre 1925 e 1927, sob a direção e edição de Domingos Pereira Bento, e também da *Voz do Enfermeiro* e de *O Enfermeiro Português*, ambos com vários editores e diretores todos do sexo masculino.

Infelizmente, é-nos hoje impossível conhecer o número e o perfil dos membros de muitas destas organizações. Contudo, o Instituto Nacional de Estatística apresenta a partir de 1938 alguns dados referentes ao número de sindicalizados em enfermagem em Portugal. Assim, entre 1938 e 1944, dispomos do número de membros do Sindicato Nacional Feminino das Enfermeiras do Distrito de Lisboa e do Sindicato Nacional dos Enfermeiros do Distrito do Porto. Ambos estiveram ativos entre 1934 e 1944, sendo que o primeiro reunia apenas mulheres, enquanto que o segundo contava com pessoal de enfermagem dos dois sexos da região do Porto. Este último, em 1945, passou a ser a Secção Regional do Norte do Sindicato Nacional dos Profissionais de Enfermagem. Os

⁷ Em 1938 e 1942 foram publicadas várias leis que estipulavam que a enfermagem hospitalar deveria ser reservada a mulheres solteiras ou viúvas sem filhos. Anteriormente, não havia imposições ao celibato das enfermeiras.

dados existentes entre 1945 e 1950 referem-se aos membros deste último sindicato. Todos os profissionais de enfermagem deveriam estar inscritos nesta corporação e pagar as respetivas quotas para assim terem a sua carteira profissional, obrigatória para exercer enfermagem a partir de 1947. O que leva aliás a um aumento exponencial nesse ano do número de sindicalizados, como é possível verificar no gráfico 5.

Gráfico 5 – Membros dos sindicatos de enfermagem (1938-1950)



Número total de casos analisados: 12552

Fontes: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 1941: 8-29; INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 1942: 14-15; INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 1944: 34-43; INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 1945-1956.

Neste mesmo gráfico, podemos constatar que até 1944 o número de membros dos sindicatos foi variando, tendo aumentado até 1941 mas depois o número de mulheres foi diminuindo progressivamente. Esta diminuição ficou talvez a dever-se à decisão de criar um sindicato misto, que pode ter motivado algumas mulheres a abandonar o Sindicato Nacional Feminino das Enfermeiras do Distrito de Lisboa. Em contrapartida, o número de homens manteve-se constante, aumentando ligeiramente. Assim, em 1944, o número de membros do sexo masculino era três vezes superior ao número de membros do sexo feminino. Ora, se tivermos em conta que estes dados incluem os membros de um sindicato feminino e de um sindicato misto, poderíamos imaginar que o número de mulheres seria muito superior ao número de homens. Estes dados apontam novamente para o desinteresse feminino para com os sindicatos e a importante participação masculina. Claro que é possível que muitos profissionais de enfermagem não

estivessem ainda inscritos nestas organizações, apesar de ser obrigatório segundo a legislação vigente (DIÁRIO DO GOVERNO, 1933: 1659-1660).

Aliás esta obrigatoriedade parece ter tido mais impacto com a criação das carteiras profissionais em 1947, devido ao importante aumento do número de membros. Este acréscimo deve-se também ao facto de se contabilizar agora os sindicalizados de todo o país, enquanto que anteriormente se incluía apenas os membros de um sindicato da região do Porto e outro de Lisboa. Segundo estes dados, que não têm em conta o número de parteiras nem de auxiliares de enfermagem, o forte aumento é especialmente sentido no caso dos homens; por exemplo, em 1947, o seu número praticamente que duplica em relação ao ano anterior. Já no caso das mulheres, foi em 1948 que se verificou um forte aumento do número de membros. É bastante evidente uma supremacia do número de profissionais do sexo masculino, numa tendência que se manteria ainda na década seguinte.

Os enfermeiros não só estavam presentes em maior número como também ocupavam os cargos mais importantes, como o de presidente do Sindicato Nacional dos Profissionais de Enfermagem. O primeiro presidente foi Domingos Pereira Bento. À sua morte, em 1948, seguiu-se-lhe Manuel Leitão Branco e, em 1957, Daniel Pinto. Também as diferentes delegações espalhadas por Portugal eram dirigidas por enfermeiros (ANÓNIMO, 1955: 78-86).

Assim, a presença masculina nas associações e sindicatos de enfermeiros foi fundamental pois estes deram um grande contributo à unificação destes profissionais e ao desenvolvimento da profissão. Um bom exemplo, foi a organização da Primeira Reunião Nacional de Enfermagem Portuguesa em outubro de 1950, que reuniu em Lisboa mais de 1000 profissionais do sexo masculino e feminino (ANÓNIMO, 1954: 3-18).

Considerações finais

Em Portugal, tradicionalmente os cuidados de saúde eram dispensados por homens e também por mulheres. Com a evolução da enfermagem no sentido da profissionalização, e aquando da criação das primeiras escolas de enfermagem, associações e sindicatos esta característica manteve-se. Esta situação contraria a da França e do Reino Unido, onde no mesmo momento se assistia a uma forte feminização e os elementos masculinos tornaram-se praticamente inexistentes.

O caso português é, sem dúvida, original, pois os homens estavam presentes e em número considerável como alunos nos primeiros cursos de enfermagem, onde não havia críticas diretas à incapacidade dos enfermeiros apenas por serem do sexo masculino. Aliás, apesar de estes serem punidos em maior número e mais frequentemente no Hospital Geral de Santo António, este argumento nunca foi utilizado para os afastar das enfermarias deste hospital.

Na escola de enfermagem deste mesmo hospital constatamos que havia muitos homens matriculados. Como muitos deles já trabalhavam, eles eram ligeiramente mais velhos do que as alunas e o número de homens casados era o dobro das mulheres. Contudo, as diferenças por sexo são praticamente inexistentes quanto à origem social e geográfica dos alunos, bem como quanto às notas obtidas na formação.

Os enfermeiros colaboraram ativamente na fundação das primeiras associações, tentaram unir os diferentes profissionais, organizaram diversas atividades para desenvolver a enfermagem e ocuparam cargos de relevo nestes grupos, onde as mulheres eram uma pequena minoria.

Esta situação foi alterada quando o Estado português decidiu copiar o modelo estrangeiro, que era então considerado o melhor, e declarar abertamente uma preferência por um pessoal de enfermagem feminino. O ensino teórico e prático sofreu assim alterações e várias escolas recusavam a inscrição aos homens. No entanto, muitos enfermeiros tiveram depois de dispensar cuidados às mulheres. Assim, apesar de se ter assistido à feminização da enfermagem, sobretudo a partir dos anos 50, os enfermeiros continuaram a desempenhar um papel importante na profissão.

Fontes Manuscritas

Livro de Actas das Sessões da Direcção Administrativa do Hospital Geral de Santo António, nº 4-15 [1893-1933], A.H.G.S.A.

Livro de Diplomas da Escola de Enfermagem do Hospital Geral de Santo António, nº 1-4 [1929-1953], A.E.S.E.P.

Livro de Exames do Curso de Enfermagem do Hospital Geral de Santo António [1933-1947], A.E.S.E.P.

Livro de Matrículas da Escola de Enfermeiros do Hospital Geral de Santo António, nº 1-7 [1929-1958], A.E.S.E.P.

Livro de Termos de Entrada do Pessoal Menor, nº 7 [1892-1895], A.H.G.S.A.

Livro Registro do Pessoal d'enfermagem da Misericórdia Agraciado com Medalhas e Gratificações nos Termos do Regulamento Aprovado por Despacho Ministerial de 21 de Outubro de 1901, A.H.S.C.M.P.

Maço 1-14 [1917-1955], A.E.S.E.P.

Fontes Impressas

ADÃO, Luís, *Relatório da Viagem a Espanha para Estudo das Escolas de Enfermagem desse País*, Lisboa, Casa Progresso, 1945.

ANÓNIMO, "Pelo Sindicato, Relato da Assembleia-geral, realizada em 19 de janeiro" in *A Voz do Enfermeiro*, nº 14, 1 de fevereiro de 1933, pp. 4-6.

ANÓNIMO, "A II Reunião Nacional de Enfermagem Portuguesa" in *Revista de Enfermagem*, nº 5, agosto de 1954, pp. 3-18.

ANÓNIMO, "Actividades Sindicais" in *Revista de Enfermagem*, nº 12, dezembro de 1955, pp.78-86.

CONTENTE, "Enfermagem laica e enfermagem religiosa" in *O Enfermeiro Português*, nº 4, 31 de dezembro de 1929, pp. 11-12.

Diário do Governo, I Série, nº 22, de 29 de janeiro de 1886.

Diário do Governo, I Série, nº 253, de 29 de outubro de 1913.

Diário do Governo, II Série, nº 55, de 7 de março de 1925.

Diário do Governo, II Série, nº 209, de 9 de setembro de 1929.

Diário do Governo, I Série, nº 217, de 23 de setembro de 1933.

Diário do Governo, I Série, nº 80, de 10 de abril de 1947. Decreto-Lei nº 36219.

Diário do Governo, I Série, nº 121, de 9 de junho de 1953. Portaria nº 14416.

GOMES, João de Lemos, *O iniciador da verdadeira enfermagem, Conferência promovida pelo Sindicato dos Profissionais de Enfermagem realizada no Salão Nobre do Ateneu Comercial do Funchal*, Funchal, ed. do autor, 1961.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, *Estatística da Organização Corporativa nos anos 1938-39*, Porto, Tip. Leitão, 1941.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, *Estatística da Organização Corporativa ano de 1940*, s/l, Imprensa Nacional de Lisboa, 1942.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, *Estatística da Organização Corporativa 1941-1942-1943*, s/l, Sociedade Tipográfica, 1944.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, *Anuário Estatístico de Portugal* (consultado 1944 a 1950), Lisboa, Sociedade Tipográfica, 1945-1956.

INE, *Indicadores Sociais 2010*, Lisboa, INE, 2011, disponível em <www.ine.pt> (consultado em 11 de julho de 2012).

LEAL, Maria Joana Mendes, "A enfermeira ideal" in *A Enfermeira*, nº 7, 1943, pp. 1-4.

LIMA, Almeida, "Algumas considerações a propósito de enfermagem" in Moniz, Egas (dir.), *A Medicina Contemporânea*, ano LXIV, nº 10, outubro de 1946, pp. 415-432.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO PORTO, *Regulamento da Escola de Enfermagem "D. Ana José Guedes da Costa" do Hospital Geral de Santo António*, Porto, Tipografia do Hospital Conde Ferreira, 1954.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO PORTO, *Regulamento dos Serviços Técnicos do Hospital Geral de Santo António*, Porto, Oficina Tipográfica do Hospital de Alienados do Conde de Ferreira, 1896b.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO PORTO, *Relatório dos Actos da Mesa da Santa Casa da Misericórdia do Porto na sua gerência do 1º de Julho de 1889 até 30 de Junho de 1890. Apresentado ao definitório em sessão de 10 de Julho de 1890 pelo Provedor Henrique Carlos de Miranda*, Porto, Tipografia de A. J. da Silva Teixeira, 1890.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO PORTO, *Relatório dos Actos da Mesa da Santa Casa da Misericórdia do Porto na sua gerência do 1º de Julho de 1893 até 30 de Junho de 1894. Apresentado ao definitório em sessão de 10 de Julho de 1894 pelo Provedor Conde de Samodães*, Porto, Tipografia de A. J. da Silva Teixeira, 1894.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO PORTO, *Relatório dos Actos da Mesa da Santa Casa da Misericórdia do Porto na sua gerência do 1º de Julho de 1895 a 30 de Junho de 1896. Pelo Provedor Francisco Gomes Teixeira*, Porto, Tipografia a vapor de José de Sousa e Irmão, 1896a.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO PORTO, *Relatório dos Actos da Mesa da Santa Casa da Misericórdia do Porto na sua gerência do 1º de Julho de 1897 até 30 de Junho de 1898. Pelo Provedor Paulo Marcelino Dias de Freitas*, Porto, Tipografia a vapor de José de Sousa e Irmão, 1898.

SIMÕES, A. A. da Costa, *A minha administração dos Hospitais da Universidade: uma gerência de 15 anos, sob a reforma de 1870*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1888.

SIMÕES, A. A. da Costa, *O Hospital de Santo António da Misericórdia do Porto, Relatório*, Porto, Tipografia do Jornal do Porto, 1883.

TRIGUEIROS, Luiz Forjaz, "Uma descoberta do mundo" in *A Enfermeira*, nº 6, 1942, pp. 3-5.

VASCONCELLOS, Maria Leopoldina Perestrello de, "Alerta Enfermeiras" in *Servir*, nº 12, abril de 1950, p. 1, p. 7.

Fontes Orais

Entrevista a João (nome fictício), Braga, 18 de setembro de 2008.

Entrevista a Joaquim (nome fictício), Braga, 19 de setembro de 2008.

Entrevista a Ana (nome fictício), Braga, 22 de setembro de 2008.

Entrevista a António (nome fictício), Porto, 16 de outubro de 2008.

Referências bibliográficas

COFEN, **Análise de dados dos profissionais de enfermagem existentes nos Conselhos Regionais**, 2011, documento disponível em <<http://site.portalcofen.gov.br/sites/default/files/pesquisaprofissionais.pdf>> (consultado em 11 de julho de 2012).

CORRÊA, Beatriz de Mello. **Imagens e Memórias da Escola Técnica de Enfermeiras 1940-1988**. Lisboa: ed. da autora, 2001.

CRAPUCHET, Simone. **Protestantisme et écoles de soins infirmiers de la IIIe à la Ve République**. Montpellier: Les Presses du Languedoc, 1996.

ESCOBAR, Lucília. **O Sexo das Profissões, Género e Identidade Socioprofissional em Enfermagem**. Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento, 2004.

GRMEK, Mirko D. (dir.). **Histoire de la Pensée Médicale en Occident 3: Du romantisme à la science moderne**. Paris: Editions du Seuil, 1999.

KNIBIEHLER, Yvonne (dir.). **Cornettes et blouses blanches: Les infirmières dans la société française 1880-1980**. Paris: Hachette, 1984.

MAGGS, Christopher. **The Origins of General Nursing**. London: Croom Helm, 1983.
SÁ, Isabel dos Guimarães.; LOPES, Maria Antónia. **História Breve das Misericórdias Portuguesas, 1498-2000**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

SILVA, Ana Isabel. **A Arte de Enfermeiro: Escola de Enfermagem Dr. Ângelo da Fonseca**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

SILVA, Helena da. "Seleção e discriminação dos profissionais de enfermagem durante o Estado Novo (1938-1963)". **Ler História**, nº 60, 2011, p. 151-166.

SILVA, Helena. **Soigner à l'hôpital: histoire de la profession infirmière au Portugal (1886-1955)**, Tese (Doutorado em História), Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris, 2010.

SOARES, Maria Isabel. **Da Blusa de Brim à Touca Branca**, Contributo para a História do Ensino de Enfermagem em Portugal (1880-1950). Lisboa: Associação Portuguesa de Enfermeiros, 1997.